

INSTITUTO  
 Documentação  
 FONTE: OESP (Notare Inform.)  
 Data: 28/8/2002 Pg: 43  
 Class: FIC 11/130

## Parque de Tumucumaque

A criação do Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, no Amapá – uma área de proteção ecológica de 3,8 milhões de hectares, maior que o território da Bélgica –, anunciada na quinta-feira da semana passada, fez parte de um conjunto de medidas que o governo brasileiro está adotando para comprovar que vem cumprindo os compromissos assumidos na Conferência Rio-92 e para poder participar “com moral alta” – na expressão utilizada pelo presidente Fernando Henrique – da Conferência Rio + 10, em Johannesburgo.

Estudo técnico do Ibama mostrou que o Parque de Tumucumaque abriga espécies raras da biodiversidade brasileira, sobre as quais a ciência ainda tem pouco conhecimento.

A política de proteção ambiental do governo brasileiro desenvolve-se através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma sequência de corredores ecológicos – formados por reservas particulares, reservas indígenas ou parques nacionais – integrados em uma mesma estratégia de conservação. São os corredores ecológicos que permitem gestão participativa com a comunidade, planejamento, acompanhamento e controle das ações que interligam áreas de proteção ambiental.

O Parque de Tumucumaque é um exemplo dessa política, que permitirá transformar 10% do território da Amazônia em unidades de conservação. A definição de corredores ecológicos tem apoio de entidades internacionais e do Banco Mundial que, inclusive, ofereceu suporte financeiro para o estabelecimento de 7 corredores ecológicos no País, 5 deles na Amazônia e 2 na mata atlântica.

O Parque de Tumucumaque se estende por 26% do Amapá, que já abriga 9 outras unidades de conservação federais. Essas 9 unidades so-

mam 2,99 milhões de hectares, cerca de 21% da área do Estado. Em junho, a governadora do Amapá pediu compensações do governo federal porque aquelas unidades de preservação, somadas às terras indígenas, colocam 54% da área estadual na condição de reserva ambiental. As compensações pretendidas pela governadora Maria Dalva de Souza Figueiredo referem-se à melhoria do saneamento básico e da disposição de lixo urbano dos municípios no entorno do parque. Reivindicação que na verdade complementa a decisão federal de proteger a biodiversidade da região e é um bom exemplo a ser seguido por outras administrações estaduais e municipais.

O Brasil possui 44 parques nacionais, o primeiro deles, o Parque de Itatiaia, criado em 1937. O Ministério do Meio Ambiente tem dificuldades or-

çamentárias para manter essas áreas. No ano passado, o ministério pretendeu terceirizar os serviços de administração e vigilância de 16 desses 44 parques, por-

que, como afirmou o então ministro José Sarney Filho, “não temos recursos para administrar todos os parques”. Os riscos de degradação ambiental, mesmo nas áreas protegidas, são altos: no ano passado, o Ibama aplicou 3.647 autuações por crimes contra a flora e lavrou mais de 600 autos de infração por crimes contra a fauna, apenas na Amazônia.

A criação de parques e reservas ambientais é uma política necessária e correta do governo federal. Atualmente as áreas de proteção ambiental abrangem 7,5% do território nacional, mas é preciso reconhecer que sua manutenção é muito dispendiosa e complexa. É preciso que todos os governos contribuam com recursos financeiros e humanos e que se desenvolvam formas de atrair a iniciativa privada para os trabalhos de preservação desses refúgios da biodiversidade.

**É preciso atrair a iniciativa privada para a preservação ambiental**